

Organizadores
Luciane de Castro Cortez
Clarissa Brandão Kowarski
Edson Alvisi Neves

DIREITO SOCIETÁRIO, COMPLIANCE E ÉTICA

CO-AUTORES

Alexandra Barbosa de Godoy Corrêa
André Limeira
Bárbara Nogueira Nunes
Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski
Evandro Pereira Guimarães Ferreira Gomes
João Alberto Neves dos Santos
Luciane de Castro Cortez
Sandra Cristina Ribeiro

coordenadora geral de edição e layout,
Samantha Fernandes Milczanowski Neves
Sérgio de Godoy Campos



tirant
lo blanch

Academia

São Paulo
2019



Copyright© 2019 by *Luciane de Castro Cortez, Clarissa Brandão Kowarski & Edson Alvisi Neves*

Editor Responsável: Aline Gostinski
Capa e Diagramação: Carla Botto de Barros

Conselho Editorial Científico:

EDUARDO FERRER MAC-GREGOR POISOT

Presidente da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Investigador do Instituto de Investigações Jurídicas da UNAM - México

JUAREZ TAVARES

Catedrático de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Brasil

LUIS LÓPEZ GUERRA

Magistrado do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. Catedrático de Direito Constitucional da Universidade Carlos III de Madrid - Espanha

OWEN M. FISS

Catedrático Emérito de Teoria de Direito da Universidade de Yale - EUA

TOMÁS S. VIVES ANTÓN

Catedrático de Direito Penal da Universidade de Valência - Espanha

1170361

D635

Direito societário, compliance e ética
Organizadores Luciane de Castro Cortez, Clarissa Brandão
Kowarski, Edson Alvisi Neves. – 1.ed. – São Paulo : Tirant lo
Blanch, 2019.

230 p.

ISBN 978-85-9477-463-7

1. Compliance - Brasil. 2. Anticorrupção – leis e
legislação. 3. Corrupção. 4. Direito societário. I. Título.

CDU: 343.53

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais.

A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art.184 e §§. Lei nº 10.695, de 01/07/2003), sujeitando-se à busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant Empório do Direito Editorial Ltda.



tirant
lo blanch

Todos os direitos desta edição reservados à Tirant lo Blanch.

Avenida Nove de Julho nº 3228, sala 404, ed. First Office Flat

Bairro Jardim Paulista, São Paulo - SP

CEP: 01406-000

www.tirant.com.br - editora@tirant.com.br

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
------------------	---

PARTE I - INTERLACES DO COMPLIANCE NA ORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA	13
---------------------------------------------------------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

UM PANORAMA DO COMBATE À CORRUPÇÃO NO PLANO INTERNACIONAL E NO BRASIL	15
------------------------------------------------------------------------------------	-----------

- | | |
|-------------------------------------------------------|----|
| 1. A Corrupção | 15 |
| 2. Evolução legislativa global anticorrupção | 18 |
| 3. Convenções internacionais contra a corrupção | 25 |
| 4. Evolução legislativa nacional | 28 |
| 5. Considerações finais | 33 |
| 6. Referências Bibliográficas | 34 |

CAPÍTULO 2

O COMPLIANCE EMPRESARIAL E A RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES DAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS NO MICROSSISTEMA ANTICORRUPÇÃO	37
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 38 |
| 2. Responsabilidade dos administradores das sociedades na legislação empresarial | 43 |
| 3. O <i>Compliance</i> à luz da governança corporativa e os programas de integridade | 54 |
| 4. O <i>Compliance</i> e os desafios do ordenamento jurídico anticorrupção no Brasil | 58 |
| 5. Breve análise de proposta legislativa que altera a Lei Anticorrupção, em trâmite na Câmara dos Deputados, com impactos na atividade empresarial | 60 |
| 6. Conclusão | 65 |
| 7. REFERÊNCIAS | 67 |

CAPÍTULO 3

GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE: DISTINÇÕES RELEVANTES SOBRE UM PROBLEMA COMUM	69
-------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------

1. Corrupção como problema comum	69
2. Governança	78
3. Compliance	85
4. Considerações finais	89
5. Referências Bibliográficas	90

CAPÍTULO 4

PROPOSTA DE METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO ANTISUBORNO, BASEADO NA NORMA NBR ISO 37001:2017

1. INTRODUÇÃO	93
1.1. Considerações iniciais	93
2. REFERENCIAL TEÓRICO	98
2.1. <i>Compliance</i>	98
2.2. Suborno	99
2.3. Governança Corporativa	100
2.4. Legislação Brasileira Anticorrupção	101
2.5. A organização ISO	104
2.6. A Norma ISO 37001	105
3. MÉTODO	107
4. PROPOSTA DE METODOLOGIA E DISCUSSÃO	108
5. CONCLUSÕES	112
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

PARTE II - QUESTÕES ÉTICAS INERENTES AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE ECONÔMICA.

CAPÍTULO 1

LIMITES ÉTICOS AO PATENTEAMENTO DA VIDA

1. INTRODUÇÃO	118
2. A BIOTECNOLOGIA CONTEMPORÂNEA	121
3. BREVE HISTÓRICO SOBRE A PROTEÇÃO DAS INVENÇÕES BIOTECNOLÓGICAS ATRAVÉS DAS PATENTES. ...	129
4. O PATENTEAMENTO EM BIOTECNOLOGIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	134
4.1. RESTRIÇÕES A PATENTEABILIDADE NA LEGISLAÇÃO NACIONAL	138
5. LIMITES ÉTICOS AO PATENTEAMENTO EM BIOTECNOLOGIA	143

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151

CAPÍTULO 2

O DIREITO SOCIETÁRIO E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE INSERIDOS

1. INTRODUÇÃO	155
2. EMPRESA NO CENÁRIO CORPORATIVO	156
2.1. Conceito jurídico de Empresa	156
2.2. Empresas transnacionais no cenário da responsabilidade social corporativa	160
3. RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA GLOBAL	165
3.1. Responsabilidade social corporativa: considerações preliminares	166
3.2. Proteção ambiental e responsabilidade social corporativa	168
3.2.1. Pacto Global	171
3.2.2. Princípios de Ruggie	179
4. EFETIVIDADE DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA NO CENÁRIO INTERNACIONAL	187
5. CONCLUSÃO	190
6. REFERÊNCIAS	191

CAPÍTULO 3

DO DEVER DE INFORMAÇÃO NO CDC AO LIVRE CONSENTIMENTO

1. INTRODUÇÃO	196
2. O BURACO NEGRO QUE É A INTERNET <i>VERSUS</i> OS IMPACTOS DA (E NA) SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	198
2.1. As Vantagens e as Desvantagens da Sociedade em Rede	200
2.2. A Pouca ou Nenhuma Capacidade de Barganha dos Consumidores e o Consentimento Ficto das Relações de Consumo	206
3. A INFORMAÇÃO E O CONSENTIMENTO COMO DIREITOS BÁSICOS DO CONSUMIDOR	212
3.1. O Direito à Informação no CDC	212
3.2. A Informação (e o Consentimento) na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	218
4. CONCLUSÃO	225
5. REFERÊNCIAS	228